



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

## PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007 (Lei das Finanças Locais), cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do *Município de Leiria*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 48.º da citada Lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas do *Município de Leiria*. Para o efeito, recebeu da *Câmara Municipal de Leiria* todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame, nomeadamente, sobre a execução orçamental e as demonstrações financeiras e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas e elaborado o respetivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.
4. Em 31 de dezembro de 2011, o *Município de Leiria* tem fornecedores que ultrapassam um terço do montante global dos créditos de fornecedores há mais de seis meses. De acordo com o n.º 9 do artigo 38.º da Lei das Finanças Locais, a *Camara Municipal de Leiria* deve apresentar à assembleia municipal, juntamente com as contas anuais, uma informação fundamentada e um plano de resolução dos créditos no período de um ano.

### 5. Parecer

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do *Município de Leiria* referentes ao exercício de 2011, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este sector, incluindo o que se contém na certificação legal das contas e no respetivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.



6. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à *Câmara Municipal de Leiria* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do *Município de Leiria*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 213.481.938 euros e um total de Fundos Próprios de 90.432.741 euros, incluindo um resultado líquido de 7.237.784 euros), a Demonstração de resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 62.750.261 euros de despesa paga e um total de 64.498.668 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade da *Câmara Municipal de Leiria* a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do *Município*, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

#### **SEDE | HEAD OFFICE**

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

#### **Delegação Centro | Center Branch**

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

#### **Delegação Norte | North Branch**

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela *Câmara Municipal de Leiria*, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### RESERVAS

7. Não foi ainda terminada a inventariação completa dos bens de domínio público, de imobilizações corpóreas e imobilizações em curso do *Município de Leiria*, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das amortizações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes amortizações.
8. Até à data não obtivemos confirmação externa que nos permita validar a razoabilidade de passivos e responsabilidades decorrentes de riscos prováveis, nomeadamente, de processos judiciais em curso.



## OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do *Município de Leiria*, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante no relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

## PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro de 2007, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do *Município de Leiria*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011.
2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou com regularidade as funções previstas no artigo 48.º da citada Lei, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do *Município de Leiria*. Para o efeito, recebeu da *Câmara Municipal de Leiria* todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão consolidado, completado o exame, nomeadamente, sobre as demonstrações financeiras consolidadas e seus anexos exigidos por lei com vista à emissão da certificação legal das contas consolidadas e elaborado o respectivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.
4. **Parecer**  
  
Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas consolidadas do *Município de Leiria* referentes ao exercício de 2011, se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação previstos na Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, incluindo o que se contém na certificação legal das contas consolidadas e no respectivo relatório de conclusões e recomendações de auditoria.
5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à *Câmara Municipal de Leiria* e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA  
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC n.º 359

### SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

### Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

### Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME VV. D'OLIVEIRA MARTINS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do *Município de Leiria*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 293.675.540 euros e um total de Fundos Próprios de 104.912.656 euros, incluindo um resultado líquido de 8.131.129 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da *Câmara Municipal de Leiria* a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação do *Município*, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 12 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

#### SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

#### Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

#### Delegação Norte | North Branch

Via Eng. Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido examinadas;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### RESERVAS

7. Não foi ainda terminada a inventariação completa dos bens de domínio público, de imobilizações corpóreas e imobilizações em curso do *Município de Leiria* (entidade mãe), não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das amortizações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes amortizações.
8. Pelo facto de estarmos a examinar pela primeira vez as demonstrações financeiras dos *Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria (SMAS)*, não podemos garantir que os saldos de abertura e consequentemente os comparativos deste exercício estejam isentos de erros e de distorções materialmente relevantes.



9. Não nos foi possível validar os montantes das amortizações do exercício, incluindo-se os das amortizações acumuladas, uma vez que os SMAS aplicam exclusivamente as taxas de amortização fixadas no Decreto Regulamentar n.º 2/1990, de 12 de setembro, revogado pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, em detrimento das taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aos bens adquiridos após a data de implementação do POCAL cujo limite legal era 1 de janeiro de 2002.
10. Relativamente à conta de Clientes dos SMAS, devido às limitações no registo e identificação dos saldos dos clientes na contabilidade e na plataforma do Sistema Comercial de Gestão de Água (UBS), verificámos a existência de divergências não justificadas, pelo que não nos é possível validar os referidos saldos, nem nos pronunciar sobre a sua cobrabilidade. Esta limitação implica também a impossibilidade de apurar o montante de clientes de cobrança duvidosa, à data de 31 de dezembro de 2011, e consequentemente de proceder à constituição da respetiva provisão.
11. Não se encontra atualmente refletido nas contas dos SMAS o efeito da aplicação da Lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro).
12. Até à data não obtivemos confirmação externa que nos permita validar a razoabilidade de passivos e responsabilidades decorrentes de riscos prováveis, nomeadamente, de processos judiciais em curso.
13. Apurámos diferenças positivas entre os mapas da aplicação informática de imobilizado e os registos contabilísticos dos SMAS, no que respeita às amortizações acumuladas de imobilizações corpóreas e imobilizações incorpóreas, nos montantes de 500.167 euros e 456.160 euros, respetivamente.
14. Os SMAS ainda não consideraram incobráveis as faturas emitidas nos exercícios de 1999, 2000 e 2001 à Câmara Municipal de Leiria, no montante total de 293.898 euros, a título de consumo de água, tarifa de disponibilidade e tratamento de esgotos.



15. Solicitámos aos SMAS que circularizassem Clientes, Fornecedores e Outros devedores e credores. Decorrente dos testes efetuados às reconciliações dos saldos destas contas, verificámos a existência de uma divergência resultante de faturas não contabilizadas pela SIMLIS, S.A., no montante total 594.467 euros, e de uma fatura não contabilizada pelos SMAS, no montante de 625.453 euros.
16. Na rubrica de Proveitos e ganhos extraordinários dos SMAS, a conta Transferências de capital inclui 1.049.707 euros, dos quais apenas 101.414 euros deveriam ter sido imputados aos Resultados do exercício e os restantes 948.293 euros registados na conta de Resultados transitados.
17. Foi anulada a totalidade da provisão efetuada no âmbito do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, por contrapartida dos Resultados do exercício consolidados, no montante 1.539.190 euros, dos quais apenas 131.374 euros deveriam ter sido imputados a estes resultados e os restantes 1.407.816 euros registados na conta de Resultados transitados consolidados.

## OPINIÃO

18. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 12 acima e exceto quanto aos efeitos das situações mencionadas nos parágrafos 13 a 17 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do *Município de Leiria*, em 31 de dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de consolidação previstos na Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

19. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

## ÊNFASE

20. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para o facto de no presente exercício se ter procedido, por um lado, ao desreconhecimento de vários elementos do ativo fixo do *Teatro José Lucio da Silva*, dada a sua inexistência física, e, por outro lado, ao reconhecimento de depreciações não reconhecidas em exercícios anteriores e que o deveriam ter sido. Destas correções resultaram ajustamentos em contas de ativos fixos por contrapartida de Resultados transitados, na quantia de 293 mil euros, cujo tratamento retrospectivo resultou em correspondentes ajustamentos no comparativo do ano de 2010.

Lisboa, 18 de abril de 2012

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

José Vieira dos Reis, ROC nº 359